

O fato novo político

A MESA-REDONDA — reproduzida na íntegra, nesta edição — promovida pelo GLOBO entre dirigentes sindicais e empresariais de expressão nacional não foi um diálogo de surdos, nem uma sessão de terapia de grupo, para descarga de mútuos ressentimentos. Foi, ao contrário, um fato eminentemente político, tão político quanto a Constituinte que há seis meses trabalha para obter a síntese das aspirações nacionais.

FORMALIZAR e solenizar a convergência dos brasileiros é tarefa da Constituinte. Tarefa, entretanto, vã e desencantadora, sem um trabalho prévio, em outros níveis da sociedade brasileira, pela compatibilização dos interesses. Trabalho que será político, na medida em que for guiado por uma clara visão do horizonte nacional.

ORA, os participantes da mesa-redonda, embora apenas quatro, tinham e revelaram esse discernimento. Não se objete que três dentre eles tenham em São Paulo o centro mais imediato e presente de suas atividades específicas. Todos são, por nascimento ou pela amplitude do papel que assumem na sociedade, representativos das mais diversas situações do País, quer se trate do pernambucano e Presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva, quer se trate do sergipano e Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Senador Albano Franco, do amazonense e Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio de Medeiros, ou do empresário-Presidente da Gradiente, Eugênio Staub.

PARA qualquer acordo, diria em sua linguagem pitoresca Luiz Inácio Lula da Silva, seria preciso "afinar primeiro a viola". Mas o evoluir dos debates na mesa-redonda mostrou que, mesmo sem qualquer vislumbre de acordo, nem tudo entre em-

presários e trabalhadores é dissonância ou cacofonia.

TODOS, sem distinção, parecem preferir a iniciativa das partes à interferência do Estado brasileiro, nas relações entre capital e trabalho. Uma interferência que, vale lembrar, vem de longe e até de uma tradição espúria: do corporativismo fascista que se desencadeou na década de 30, passando pelo controle da política salarial, que remonta à decretação do salário mínimo, em 1940, pela Lei de Greve, de 1964, até chegar ao emaranhado caos atual.

COMPAREM-SE, por exemplo, as intervenções a respeito do Senador Albano Franco e do Deputado Luiz Inácio Lula da Silva. O Senador sergipano quer que o Governo seja só a instância final de um acordo entre capital e trabalho, por ser o Governo "quem normalmente cria os maiores embaraços" — o paradoxo aí vai por conta da política do Governo, não da expressão do Senador. O Deputado Lula passa da crítica ao Ministério do Trabalho (por sinal, uma das primeiras criações do Governo Revolucionário de 1930) para um conselho a que a Constituinte deveria cuidadosamente atentar: é preciso repensar o "Brasil, no sentido cultural, econômico e político".

E SE pode ter a esperança de ter sido a mesa-redonda promovida pelo GLOBO o primeiro de uma série de círculos concêntricos, cada vez mais ampliados, de reflexão e de entendimento, com os objetivos do Deputado.

PORQUE o problema maior do capital, no Brasil de hoje, como afirmou o empresário Eugênio Staub, não são as reivindicações dos trabalhadores; nem faria sentido escamoteá-las, com o artifício de um pacto social que peça sacrifícios a quem ganha salários de miséria; sacrifícios,

aliás, que acabariam destinados a pagar a conta dos muitos Brasileiros que não evoluíram, nem se modernizaram. Diante dos custos financeiros e dos custos inerentes à operação das empresas, diz Staub, o custo dos salários é irrisório.

E SERÁ o sistema capitalista o carrasco insaciável do trabalhador? Para Luiz Inácio Lula da Silva, como para Luiz Antônio de Medeiros, em absoluto; chegando o último a dizer que não "adianta lutar, se ela não leva à mesa de negociações" e desta não se sai sem novos ganhos — produzidos, naturalmente, pelos lucros do capital. Luiz Antônio de Medeiros aceita conversar reiteradamente com o Governo; mas, entre outras coisas, "para que ele se meta menos".

POR AÍ se percebe que há muito mais maturidade política na sociedade brasileira que quanto se tem revelado e refletido na Constituinte, onde se trabalha hoje, repetindo mais uma vez o Deputado Lula, com um "imediatismo maluco". E é de tal maturidade que pode brotar o verdadeiro "milagre brasileiro", o milagre da negociação rotineira e instância anterior ao confronto.

POR ENQUANTO, o "milagre brasileiro" é a metáfora, ou hipérbole, à espera do ficou na mesa-redonda também apenas como um voto. Mas um voto comum de todos, com o peso específico que cada participante trouxe consigo, que é de se respeitar.

E UM voto que todos se dispuseram a transformar em realidade, sob sugestão de Luiz Inácio Lula da Silva, que reconheceu na mesa-redonda um instrumento eficaz: a cada rodada, uma nova avaliação, até que se chegue ao voto da negociação institucionalizada entre capital e trabalho. Aí está o grande fato novo e político.